

## APONTAMENTOS SOBRE O JORNALISMO EXTRA-MUROS DO WIKILEAKS

NOTES ON WIKILEAKS OUTSIDER JOURNALISM

PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> ELIZABETH SAAD CORRÊA\*

**“TRANSPARÊNCIA É PARA OS GOVERNOS, PARA AS GRANDES ORGANIZAÇÕES. PRIVACIDADE É PARA OS INDIVÍDUOS. TRANSPARÊNCIA TIRA O PODER DAS ORGANIZAÇÕES PODEROSAS E O TRANSFERE PARA QUEM NÃO TEM.” JULIAN ASSANGE, 2011**

### RESUMO

Este artigo busca refletir sobre o caráter jornalístico do Wikileaks à luz das mudanças contemporâneas pelas quais passa o Jornalismo e a própria sociedade com o advento de ambientes digitais para a manifestação de opiniões e a conversação coletiva. Discutimos o Wikileaks enquanto operação de mídia, como valores e a ética do campo jornalístico. Apontamos para a configuração de uma prática inovadora, híbrida e típica dos tempos correntes.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo digital, valores jornalísticos, ética, cibercultura.

### ABSTRACT

Our focus is to discuss about Wikileaks' journalistic character, facing all the contemporary changes that impact the Journalism Field and all over the society, using digital environments to express opinions and to set collective conversations. We discuss Wikileaks as a media operation, as news values and the journalistic ethics. Our conclusions points out to an innovative and hibryd practice, very typical of the current times.

**KEYWORDS:** digital journalism, news values, ethics, ciberculture.

Nascido em 2006 como uma plataforma segura para o depósito e disponibilização de diferentes informações documentais, o Wikileaks explodiu em 2010 com o vazamento de documentos sobre a guerra no Afeganistão e em seguida com os telegramas diplomáticos norte-americanos, evento conhecido como Cablegate.

---

\*Professora Titular do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP. No PPGCOM atua na área de Teorias e Epistemologia da Comunicação - Linha Tecnologias e Ambiências de Rede. Email: bethsaad@gmail.com

O sitio, apontado por governos, empresas e cidadãos seja como vilão seja como redentor da justiça social e da transparência informativa a que todos temos direito, se autodenomina uma “organização” e seu criador – Julian Assange, como jornalista.

Ao longo de todo o processo de visibilização e popularização do Wikileaks e de seu criador, além de sua forte aposta no poder das redes sociais para sua consolidação, assistimos a um claro embate entre o Wikileaks e as empresas jornalísticas, ao longo do qual evidenciaram-se lances de dependência, aproximação, crítica, oposição, e até mesmo imitações.

Não nos parece adequado resumir nossa reflexão a um único ponto: seria o Wikileaks um outro (não um novo) modo de se fazer jornalismo no mundo digital? A questão é muito mais ampla e complexa, passando por uma revisão de diferentes aspectos que impactam o jornalismo quando este se posiciona num cenário social de múltiplas vozes, de reconfiguração da legitimidade institucional por conta da digitalização, e de ancoragem numa infra-estrutura tecnológica baseada em bancos de dados e taxonomias inteligentes.

Diante da complexidade, optamos por compartilhar algumas reflexões sobre como a proposta organizativa, tecnológica e filosófica do Wikileaks se aproxima (ou conflita) com pontos fundantes do jornalismo em qualquer época e plataforma – ética, legitimidade social, poder; e outros pontos inerentes ao jornalismo digital, cuja prática ainda está em processo de consolidação em muitas empresas jornalísticas – o jornalismo colaborativo, o uso de banco de dados, e o jornalismo investigativo cidadão.

Temos por hipótese que, por suas características, o Wikileaks vai além de uma ação de ciberativismo em rede e assume um posicionamento que poderíamos chamar de “ciberativismo jornalístico”.

## **A FILOSOFIA DO WIKILEAKS E SEU STATUS NO JORNALISMO CONTEMPORÂNEO**

Segundo palavras de seu fundador, o Wikileaks é uma organização para além do jornalismo, que possui jornalistas em sua equipe, dentre outros profissionais:

É um website, uma tecnologia funcional, um caminho filosófico. É também uma rede de pessoas que acreditam em algo. Defendemos um conceito simples, mas abstrato: a verdade é o único ingrediente realmente útil na hora de tomar decisões. E tais decisões, até pelo quanto podem afetar o mundo, dever ter sempre por base a verdade. Então, trazer o máximo de informação à tona é o jeito certo de decidir as coisas. Parece um tanto abstrato, mas é muito, muito importante, e nos leva à liberdade de imprensa, à liberdade de expressão... (Bocchini & Capai: 2011, p. 16)

Verdade, liberdade de expressão e transparência emergem como os propósitos que fazem a ponte entre a ação do Wikileaks e as práticas jornalísticas. Ponte diretamente reforçada por dois autores clássicos – Bill Kovach e Tom Rosenstiel, jornalistas que, após abrangente pesquisa junto aos profissionais da área, configuraram os nove elementos que compõem a práxis do jornalismo.

Para os autores, “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (Kovach & Rosenstiel: 2004, p.31). Avançam ainda mais na discussão ao posicionar o tema da liberdade de expressão (e, portanto, da imprensa livre) na era digital: ocorre uma ampliação significativa do poder de expressão na rede, onde a chamada grande mídia – que muitas vezes edita e filtra seu conteúdo informativo ao sabor de sua linha editorial, relacionamentos com governo, correntes políticas, anunciantes e líderes de opinião – passa a conviver com outros produtores e disseminadores de informações, mais ou menos comprometidos com causas, grupos, ideologias, filosofias, que usam a rede para publicar e compartilhar seus conteúdos. Os autores nominam a figura do prosumer – o simultâneo produtor e consumidor de informações – como o novo ator na ecologia das mídias, participante do processo jornalístico. E tudo isso um tanto antes da explosão das mídias sociais em rede, em 2003/2004 período em que elaboraram seu levantamento para o livro.

Emerge aqui mais um ponto focal no qual o Wikileaks se apóia e o jornalismo contemporâneo exposto nos meios digitais hesita e algumas vezes maquia: a participação pública e coletiva.

Kovach e Rosenstiel – que não podem ser considerados típicos autores do jornalismo digital – trazem à tona a Teoria da Participação Pública, questionando o jornalismo elaborado para nichos temáticos e mercadológicos que deixam em segundo plano interesses mais amplos da sociedade, e afirmam:

As pessoas são simplesmente mais complexas que os estereótipos criados para elas. Se a teoria da participação pública reforça a idéia de que o jornalismo deve intensificar as liberdades democráticas, então uma coisa é certa: nesse começo de século XXI a profissão terá o maior desafio de sua história. Vemos pela primeira vez o surgimento de um jornalismo baseado no mercado, e mais e mais divorciado da idéia de responsabilidade cívica. (Kovach & Rosenstiel: 2004, p.49)

Podemos dizer que o próprio cenário do jornalismo nessa primeira década do século XXI abriu espaço para o surgimento de operações como o Wikileaks e não apenas ele.

Operações jornalísticas como o ProPublica , ganhador do Pulitzer em 2011 na categoria de reportagem investigativa; Politico.com ; GlobalVoices ; IDL – Reporteros ; e as iniciativas brasileiras como o Pública, o Repórter Brasil, o Transparência Brasil e o Contas Abertas são ativas e envolvem a participação coletiva de diferentes formas – de hackers a lobistas, passando por cidadãos engajados e interessados em contribuir nas mudanças sociais.

A dinâmica operativa de todas essas iniciativas, Wikileaks inclusive, baseia-se numa proposta investigativa de linha editorial independente, associada à participação e colaboração pública como fontes e provimento de dados e informações na construção da investigação; uso de tecnologia da informação e sistemas de bancos de dados para a mineração e correlação do conteúdo; e viabilização da operação por meio de formas como mecenato e doações, crowdfunding e auto-financiamento.

O que diferencia tais operações entre si e, conseqüentemente as aproxima ou distancia daquilo que conceitualmente se espera da práxis jornalística formal, está na forma de acesso e obtenção das informações e no modo com que as mesmas são organizadas e publicizadas.

É neste ponto que o Wikileaks levanta polemicas e é alvo de boicotes, e Julian Assange alvo de processos civis e criminais, prisão e perseguição. Para Assange e a filosofia por ele implementada no Wikileaks, a comunicação é o caminho para a expressão dos sentimentos coletivos de justiça ou injustiça: “[...] E o jeito de brigar por eles ou denunciar sua falta é pela comunicação. Então deve-se criar uma estrutura e uma filosofia que enalteçam essa possibilidade de brigar por justiça.” (Bocchini & Capai: 2011, p. 21).

Se levarmos em conta o status do jornalismo contemporâneo preconizado por autores como Dan Gillmor, a primeira década do século XXI tem marcado uma transformação da relação do jornalismo (e do jornalista) com o seu público:

A grande mídia, diante de qualquer fato, trata a notícia como um relato unilateral. [...] o reportar e produzir notícias no futuro será muito mais parecido com uma conversação ou um seminário. As linhas entre produtores e consumidores ficarão tênues [...] as redes de comunicação serão meios das vozes de todos, não apenas de poucos que podem comprar prensas de milhões de dólares, ter satélites próprios, ganhar concessões governamentais para transitar pelo éter das telecomunicações. (Gillmor: 2004, p. XIII)

As reações da grande mídia internacional e provedores tecnológicos diante do Cablegate provocado pelo Wikileaks demonstram, na prática, que o posicionamento We the Media formalizado por Gillmor e cada vez mais praticado por operações midiáticas fora das grandes marcas, ainda está distante de ser absorvido como uma práxis para o jornalismo na atualidade.

No momento, a defesa do status esperado e defendido pela própria teoria do jornalismo – liberdade de expressão, defesa da democracia, compromisso com a verdade, transparência, entre outros – está centrado nas publicações mais independentes e menos pressionadas pelas interveniências tecnológicas, econômicas e institucionais.

Posições defendidas e publicadas ao final de 2010 pela revista norte-americana Wired e pela francesa Courrier International indicam luzes ao final de um longo túnel a ser percorrido. O editor da Courrier, Philippe Thureau-Dangin afirma em editorial:

O ecossistema mediático, bem como o ecossistema econômico, não vivem de transparências. Ao contrário, eles vivem de segredos, de storytelling (uma técnica tão antiga quanto as récitas e as epopéias da antiguidade), de enquetes parciais ou quase parciais, etc. No caso do Wikileaks as mídias ganharam uma batalha (graças à mobilização dos hackers) e os poderes públicos perderam. (Thureau-Dangin: 2010, p. 3)

A revista Wired foi também enfática com relação ao propósito do compromisso com a verdade e a transparência, antes de questionar se o Wikileaks é ou não uma forma de jornalismo. Em artigo de seu editor Evan Hansen a revista posiciona que a mídia deveria considerar o Wikileaks como um meio que reforça a democracia e os direitos de liberdade de expressão garantidos pela Constituição dos EUA. Para Hansen:

O papel do Wikileaks não é o mesmo que o da imprensa uma vez que nem sempre ele empreende a busca de informações visando a sua publicação. Mas ele opera dentro do que chamamos ecossistema mediático, alimentando as publicações com documentos originais encontrados em muitos lugares e divulgando-os contra pressões de governos que buscam esconder tais informações.

Ao invés de encorajarmos provedores online de colocar tais sites em listas negras ou escrevermos novas leis protetoras da espionagem que criminalizariam a publicação de segredos de governo, deveríamos olhar para o Wikileaks como passível das mesmas proteções que a Primeira Emenda dá ao The New York Times. E como sociedade, deveríamos assumir esse sitio como uma expressão fundamental da liberdade que está no centro de nosso Bill of Rights, e não reagir como as corporações chinesas que ficam felizes em censurar informações em nome de seu governo em troca de favores.

O surgimento do Wikileaks não gera automaticamente a transparência. Sítios como o Wikileaks funcionam muito mais por causa de suas fontes acometidas por uma crise de consciência, desvendando informações de interesse público. O Wikileaks é um distribuidor muito eficaz dessa informação. Ele garante que tais informações não serão escondidas por editores e publishers amedrontados por processos ou acuados pelo governo. (Hansen, 2010: s/n)

Por fim, para fecharmos o tema, reforçando essa dificuldade de absorção das mudanças do status do jornalismo na cultura das grandes empresas do setor, buscamos recentíssimas opiniões apresentadas no seminário promovido pelo College of Journalism (CoJo) da BBC em 19 e 20 de maio de 2011 - o BBC Social Media Summit. Ali ficou claro que as questões são anteriores ao conceito de jornalismo e estão muito mais vinculadas ao comportamento e aos recursos tecnológicos nas redações.

Levando-se em conta que o contexto de operações como o Wikileaks está na mudança cultural de empoderamento do leitor como produtor de informações e na emergência das redes sociais como canal de conversação para os meios jornalísticos, os maiores desafios discutidos no evento passaram por: quebra de uma cultura de esnobismo dos profissionais na aceitação das mídias sociais; dificuldade dos profissionais de entenderem o significados de métricas; dificuldade em aceitar a transformação do papel

do gatekeeper; dificuldade de implantação de sistemas de gestão de conteúdo que possibilitem a correlação de dados. (BBC, 2011: s/n)

O que podemos concluir nessa primeira abordagem ao Wikileaks é que seu evidenciamento no panorama midiático global se constitui num componente adicional e significativo no ecossistema. E em assim sendo, é um elemento a ser entendido e vivenciado no cenário onde se posicionam representantes jornalísticos. Dentro do status do jornalismo contemporâneo no qual o meio digital encontra força significativa, o Wikileaks e sua filosofia se enquadram como parte do conjunto de atores e agentes que opera o sistema midiático.

Cabe, a seguir, discutirmos a essência jornalística (ou não) de sua proposta.

## **AFINAL, SERIA O WIKILEAKS UMA OPERAÇÃO JORNALÍSTICA?**

Entender o que é e como funciona o Wikileaks é fundamental para avançarmos neste tópico de discussão.

Pela própria característica do Wikileaks, o detalhamento de sua organização e estrutura operativa é pouco claro. Segundo Assange, em diversas entrevistas, tal escassez deve-se a razões de segurança. Recorremos à fonte mais coletiva para entender a operação – a Wikipédia (que não tem qualquer relação com o Wikileaks). Ali temos a informação de que:

WikiLeaks é uma organização transnacional sem fins lucrativos, sediada na Suécia, que publica, em seu site, posts de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis. O site foi construído com base em vários pacotes de software, incluindo MediaWiki, Freenet, Tor e PGP. Apesar do seu nome, a WikiLeaks não é uma wiki - leitores que não têm as permissões adequadas não podem editar o seu conteúdo. O site, administrado por The Sunshine Press, foi lançado em dezembro de 2006 e, em meados de novembro de 2007, já continha 1,2 milhão de documentos. Seu principal editor e porta-voz é o australiano Julian Assange, jornalista e ciberativista. (Wikipédia, 2011: s/n)

Segundo as informações da Wikipédia, o Wikileaks não possui uma sede física formal, seu sitio na web funciona por meio de mirrors, e tem despesas anuais em torno de US\$ 200 mil apenas com servidores e burocracia. Todo o restante das despesas e manutenção da equipe voluntária vem de doações. Estão nominados entre doadores a agencia noticiosa Associated Press, a associação de empresas jornalísticas dos EUA National Newspapers Publishers Association, e jornais como o Los Angeles Times.

A The Sunshine Press seria a pessoa jurídica do Wikileaks, possuindo uma página no Facebook e uma sucessão de sítios espelhos na rede com uma lista de documentos disponíveis para publicação.

A despeito da cada vez maior representatividade das redes sociais digitais, o Wikileaks ainda depende da grande mídia – geralmente impressa – para conferir legitimidade jornalística ao fluxo de documentos que ela dispõe. Necessita do referendado e de uma apuração formal de verificação jornalística.

O fluxo de trabalho do pequeno grupo de voluntários está totalmente centralizado em Assange e as tarefas, após a recepção dos documentos, concentram-se na avaliação de seu conteúdo, criptografia e uma distribuição tática dos mesmos para os grandes grupos de mídia.

O funcionamento do Wikileaks aponta que a operação está focada em gerar notícias e impactar a agenda pública – funções inerentes a uma operação jornalística. Ocorre que em termos legais, especialmente diante da legislação norte-americana, o Wikileaks não se configura como uma empresa informativa e, conseqüentemente, não está protegido pelos direitos à informação e livre expressão garantidos pela Quinta Emenda da Constituição dos EUA.

Temos, portanto, dois aspectos-chave que condicionam e questionam o formato Wikileaks como uma operação jornalística: o conceito de legitimidade e a legalidade jurídica.

O caráter itinerante e quase apátrida assumido pelo Wikileaks – afirmado por Julian Assange como uma saída-limite para garantir a segurança dos colaboradores e a permanência do sítio na rede – acaba por colocar o empreendimento num limbo legal, e na seqüência, num limbo organizacional ou corporativo.

Apenas para exemplificar, caso o Wikileaks quisesse estabelecer-se no Brasil, como uma empresa informativa tradicional focada em meio impresso ou eletrônico, Assange estaria em busca de um sócio brasileiro nato ou teria que naturalizar-se. O Artigo 22 da Constituição brasileira, embora não inclua em seu conteúdo as empresas exclusivamente digitais, assim considera uma operação informativa.

Caso Assange migrasse para os Estados Unidos ficaria diante da caracterização jornalística prevista pela 5ª Emenda: a empresa deverá estar envolvida em reportagens investigativas; deverá atuar na captação noticiosa; e ter a intenção, na origem de seu processo de captação, de disseminar as notícias captadas para o público. (Peters, 2011: s/n)

O ponto frágil do Wikileaks está no procedimento formal da reportagem investigativa, que vai muito além da disponibilização de documentos. Ela envolve profissionais com a competência de contar uma história compreensível e oportuna a partir de uma grande massa de dados e informações; exercer sua capacidade de julgamento editorial e explorar a análise dos fatos.

A equipe de Wikileaks não está focada nas atividades do jornalismo investigativo e, portanto, a proteção legal aos seus “repórteres” fica frágil perante as deferentes legislações. Em seu conjunto, a equipe e os dados por ela levantados e divulgados poderiam ser considerados como fontes para a grande mídia que os legitimariam por meio de seu potencial de disseminação e divulgação.

A questão que emerge, portanto, ao discutirmos se o Wikileaks assume ou não uma forma de operação jornalística está na possibilidade de identificarmos a sua capacidade de visibilização e mediatização do conteúdo informativo que produz, capacidade essa legitimada pela sociedade. Tudo isso no contexto de uma sociedade digitalizada e de um processo de visibilização predominantemente digital.

Tal discussão é ampla. Optamos resumir por meio das idéias de Barrichello e Scheid (2007) que discorrem sobre o tema revisando autores marcantes como Muniz Sodré e Eliseo Verón.

As autoras assim caracterizam o cenário midiático contemporâneo: “*a mídia é compreendida não apenas como um dispositivo técnico, mas como um fluxo comunicacional acoplado a um dispositivo, de tal forma que a sua lógica de funcionamento pode tornar-se uma ambiência*” (Barrichello & Scheid: 2007, p. 2)

Estando a rede digital (internet, web) aqui entendidas como mídia, o Wikileaks se encaixa claramente na definição apresentada. Avançando, temos a verificar se ele legitima-se como tal por ter sua visibilidade midiática reconhecida pela sociedade.

Barrichello afirma que o campo de visibilidade da mídia (e sua legitimação) é de natureza vicária, ou seja, tem a sua legitimidade delegada por outros campos sociais: “*Observa-se que à medida que esse campo se autonomiza os outros campos tendem a profissionalizar um grupo encarregado da função de mediação, situação em que vemos as lógicas do campo da mídia perpassando os modos de funcionamento dos outros campos, o que caracteriza o processo de mediatização*” (Barrichello & Scheid: 2007, p. 3). Em assim sendo, o Wikileaks mesmo conceitualmente caracterizado como mídia, recorre e estabelece relações de parcerias e acordos com outros campos de visibilização já legitimados pela sociedade para que sua filosofia e seu conteúdo seja mediatizado.

É aqui que fechamos a lógica inicialmente proposta. O Wikileaks, considerando os processos formais de legalidade e legitimidade no cenário jornalístico, é caracterizado como uma mídia, mas formalmente não pode ser considerado um empreendimento jornalístico. Mas é evidente que na proposta contemporânea de Gillmor e muitos outros autores – “*nós os mídia*”, o Wikileaks produz conteúdo, informações e se constitui como um ator significativo na constelação das mídias sociais.

O que se coloca a seguir ultrapassa os formalismos e discute se a forma Wikileaks, sua filosofia, sua ética, seu processo de captação, construção do conteúdo e respectiva disseminação poderiam constituir-se em mais um componente da ecologia dos meios jornalísticos.



## COMO O WIKILEAKS NAVEGA POR ENTRE GÊNEROS, VALORES E CONCEITOS

As ações de garimpo de dados e disseminação dos mesmos possuem razoável correlação com os procedimentos formalizados do jornalismo investigativo e no jornalismo cidadão contemporâneos, que incluem a participação mais ativa das fontes ao longo do processo de apuração.

Sabemos que o jornalismo após o advento dos meios digitais vem passando por transformações, adequações, questionamentos e também resistências na busca de uma reconfiguração à realidade da digitalização e da crescente emergência de canais de expressão opinativa espontânea dos “velhos” leitores. São muitos os autores que discutem o tema a exemplo de Jeff Jarvis, Mark Deuze, Dan Gillmor, Bowman & Willis e Paul Bradshaw, passando pelos aspectos da narrativa, da ética e, principalmente, dos valores-notícia que imprimem ao relato dos fatos o caráter de notícia.

Mas, a reconfiguração é algo que acompanha o jornalismo desde o próprio surgimento da web comercial. Em 1996, o jornalista e professor Jack Fuller escreveu um livro externando suas preocupações sobre a crescente complexidade da preservação dos valores jornalísticos na era da informação.

Fuller resume numa única frase seu conceito de notícia: “é um relato sobre o que uma empresa jornalística levantou acerca do que é relevante e de interesse à comunidade à qual serve” (Fuller: 1996, 6). E acrescenta à definição os seguintes elementos: precisão, objetividade, escutar todas as partes envolvidas, buscar a autoridade nas fontes, imparcialidade, neutralidade, honestidade intelectual, justiça, comprovação dos fatos e compromisso com a verdade.

Com a ampliação dos recursos digitais, Fuller reafirma o papel do jornalista como produtor de conhecimento e significados para o público, reforçando seu papel de fomentador da discussão na esfera pública:

Eletrônico ou em papel, os jornais devem ter editores humanos. Devem continuar a refletir as complexidades da personalidade humana, a demonstrar julgamento e caráter, e a assumir uma voz destacada na comunidade a qual serve. Todos esses elementos se agregam naquilo que os profissionais de marketing chamam de identidade de marca, que num ambiente fragmentado e segmentado como a rede, será vital para diferenciar uma fonte de informação da outra. (Fuller: 1996, 228).

Nesse cenário apontado por Jack Fuller, o Wikileaks emerge jornalisticamente por meio da figura humana de Julian Assange e sua filosofia baseada na transparência e justiça a qualquer preço. Sua marca – Wikileaks – ganhou força e identidade pelo seu modo de agir e pelo impacto de seu conteúdo.

Ocorre que, exatamente por seu modo de agir na obtenção dos dados, o Wikileaks esbarra em diversos elementos vitais para o exercício do jornalismo, mesmo que nesse processo de mudanças contínuas muitos dos valores estejam em xeque. Se considerarmos que a proposição clássica do jornalismo preva-

lece não importando a plataforma e o tempo tecnológico, o Wikileaks não exerce de per si muitos dos seus elementos constituintes.

Kovach & Rosenstiel (2004) também discutem a transformação da investigação no jornalismo ao longo da evolução do conceito e das tecnologias de apuração e disseminação. Para o autores, o papel de monitor da sociedade independente do poder – não importando o tempo, a forma e a tecnologia – deve ser preservado na figura do jornalista, ainda que o conceito de guardião da sociedade tenha sido mal interpretado pelas próprias empresas jornalísticas e seus protagonistas. Mas, admitem que com o status tecnológico e econômico da informação no século XXI tal papel tem sido cada vez mais enfraquecido:

[...] As comunicações digitais tornam a informação mais fácil e rápida, mas também propiciam a criação de corporações internacionais de comunicação que desafiam o próprio conceito de Estado-Nação. Como observamos anteriormente, em muitos casos esse novos conglomerados internacionais, como General Electric, Walt Disney Company, AOL-Time Warner Inc., subordinam o jornalismo a outros interesses maiores dentro de suas enormes culturas corporativas." (Kovach & Rosenstiel: 2004, p.192)

Ainda que a configuração proprietária e a denominação dos conglomerados tenha se alterado nessa primeira década do século XXI, a essência quanto à independência para investigação permanece e fica reforçada. Também justifica o conflito que Assange e Wikileaks vivenciam em seu processo de disseminação de informações sensíveis, e sua própria caracterização como uma nova entidade jornalística no ecossistema midiático:

Talvez, mais importante que a nova vigilância feita por esses monitores da mídia [referem-se a organizações sem fins lucrativos que monitoram a imprensa] é o fato de que as ferramentas dadas pelas novas tecnologias de comunicação criam a possibilidade para que, virtualmente, qualquer um possa fazer esse trabalho de vigilância ou até mesmo competir com a grande imprensa. (Kovach & Rosenstiel: 2004, p. 194)

Temos, portanto, um caminho sustentado para entendermos o Wikileaks como um novo agente no ecossistema, exercendo o que poderíamos denominar de jornalismo "extra-muros".

A junção da investigação jornalística com a participação colaborativa da audiência parece ter encontrado terreno fértil em nossa época, e o Wikileaks seria um exemplo disso. O jornalista Jonathan Stray propõe em seu blog uma sucessão de idéias nesse sentido: "No fundo, [a reportagem investigativa] parece ser um processo de agregação de peças de informação amplamente dispersas – conectadas por meio de pontos distribuídos. É uma oportunidade perfeita para o trabalho colaborativo. Como poderíamos apoiar isso?" (Stray: 25/05/2011)

O comentarista retoma o conceito de mutualização do jornalismo proposto por Alan Rusbridger, editor do *The Guardian*, e afirma que o jornalismo investigativo hoje poderia se beneficiar fortemente do processo de apuração e armazenamento de dados e informação em bancos de dados relacionais, de sistemas de verificação colaborativos nos quais os próprios usuários participam a partir de etapas pré-definidas pelo veículo, de áreas na rede controladas e seguras que permitissem a especulação ao longo do processo investigativo, entre outras possibilidades. Com isso, Stray propõe:

Talvez, a melhor forma de construção de uma plataforma de investigação colaborativa seja imaginá-la como um espaço de estímulo e coordenação do maior número de pessoas envolvidas na produção jornalística numa dada sociedade, com o mínimo de equipe dedicada em tempo integral. A composição dessa equipe seria de especialistas em gestão de comunidades e curadores da informação. Não acredito que todos os jornalistas possam produzir nesse esquema e nem que a grande maioria das pessoas seja um colaborador. É uma pequena porcentagem de ambos os lados. Mas, ajudar o público a estar informado sobre os assuntos de sua própria escolha, numa escala massiva, me parece uma ação de empoderamento cívico, que por sua vez é um dos objetivos fundamentais do jornalismo. (Stray: 25/05/2011)

O professor Paul Bradshaw também segue a mesma vertente, afirmando que o jornalismo investigativo online é participatório, exatamente por estar na rede – os pontos de entrada dos usuários na rede são potencialmente pontos de interação. Diz Bradshaw:

“Geralmente, chamamos isso de *crowdsourcing* – um termo memorável para seu significado, simplesmente a colaboração entre pessoas que não compartilham do mesmo empregador. A chave é lembrar que é preciso resultar em benefícios mútuos – a chamada ‘envie sua estória’ não é suficiente. O envolvimento com o antigo leitor pode ser confuso, abrir debates sem fim sobre em deve ser chamado de jornalista ou de editor, e até mesmo se devemos chamar isso de ‘investigativo’ ou não. É uma egocêntrica perda de tempo. Nossos títulos profissionais não são importantes, mas que o jornalismo seja feito de alguma maneira é.” (Bradshaw: 25/05/2011)

Novamente, o Wikileaks se aproxima do processo relatado por Stray e Bradshaw no qual a participação do cidadão ocorre como uma entidade decorrente dos meios digitais. Com isso, poderíamos posicionar o Wikileaks no conceito mais amplo de jornalismo cidadão – que aqui cunhamos de *extra-muros* – mais bem explicado por Martinrey & Marin:

O jornalismo cidadão se confrontaria nesse sentido ao jornalismo tradicional caracterizado por um excesso de dependência às fontes formais e que exerce poder ante a uma cidadania ‘passiva’ que, como tal, não corresponde plenamente à noção de cidadania ancorada nas últimas décadas os contextos da filosofia política na qual o elemento participação é decisivo. Como tal, o chamado jornalismo cidadão nasceria

com a intenção, por parte de um setor ativo da sociedade e com acesso aos meios digitais, de ser parte ativa nos processos de criação da informação que ocorre cotidianamente nos diferentes meios. (Martinrey & Marin: 2011, p. 71)

O elemento de legitimação desse jornalismo investigativo em rede, participatório e multimídia está justamente no enfraquecimento da independências das organizações jornalísticas clássicas por conta de seus modelos de negócio multi-estruturais e respectivas conseqüências institucionais.

Desde os anos 1990, Noam Chomsky e Ignácio Ramonet discutiam o tema, afirmando que a globalização econômica traz em seu bojo também a uniformização dos discursos e do controle social, gerando uma doutrinação constante e subliminar da sociedade por meio da comunicação e da mídia. Afirmando, ainda, o enfraquecimento do quarto poder: "*Poderiam [os cidadãos] contar com a imprensa, com esse recurso por vezes chamado de quarto poder e que tradicionalmente nas democracias tem por principal função revelar a verdade e proteger o cidadãos contra os abusos dos outros poderes? De fato, para dizermos literalmente, não.*" (Chomsky e Ramonet (eds.), 2003: 85–86)

Os autores não apontam diretamente aos meios digitais como um novo caminho de legitimação, mas questionam a redução de independência dos meios clássicos. Mas, desde a polis grega a condição de legitimação social advém da participação dos cidadãos e do debate público, em ambientes que se caracterizam no conceito habermasiano de espaço público.

O que assistimos com operações como o Wikileaks e seus similares, além de blogs, páginas no Facebook e fluxos no Twitter gerados por lideranças no tema é a construção de uma "statusfera" participatória que assume relevância social e impacto na opinião pública.

Sua legitimação ocorre a partir de algumas condições apontadas por Martinrey & Marín: "[...] *seu caráter público e de inclusão, a partir das condições de igualdade no exercício da comunicação, a partir da exclusão do engano (os participantes devem acreditar no que dizem) e, finalmente, a partir da ausência de coações*" (Martinrey & Marín: 2011, p. 79)

Os autores ressaltam que tal statusfera ou uma nova frente de legitimação no mundo digital está relacionada à autenticidade e espontaneidade das manifestações dos participantes, e de sua proximidade ou distanciamento da mídia formal, evitando aquilo que hoje assistimos em muitos espaços informativos jornalísticos: a participação do leitor pró-forma ou fictícia para utilizarmos palavras mais diretas. Portanto, concordamos com os autores que, quanto mais espontânea (e logo mais independente e original) é a ação informativa cidadã, quanto mais souber explorar os recursos digitais disponíveis, maior será seu impacto na reação da mídia clássica e, com isso, poderá contribuir indiretamente no fortalecimento de um dos pilares da sociedade democrática – a liberdade de expressão.

Nada mais típico que a forma Wikileaks para traduzir esse modo contemporâneo de informar e impactar a sociedade.

## **E A ÉTICA (JORNALÍSTICA), COMO FICA?**

A liquidez da sociedade contemporânea, parafraseando Baumann, complexifica quaisquer discussões acerca do tema. Falamos de um ambiente com multiplicidade de vozes, de comportamentos com relação a fontes e meios de captação que muitas vezes depende muito mais de um saber tecnológico do que intelectual, de indivíduos e de empresas exercendo diferentes papéis simultâneos dentro de um mesmo contexto informativo, de um sistema de relações econômicas e institucionais globalizado e dependente, dentre as muitas variáveis.

Tudo isso ocorrendo num ambiente de jornalismo que está em pleno repensar, com a emergência de operações tipo o Wikileaks que explora ao máximo os recursos das tecnologias digitais, da colaboração, do crowdsourcing, e da própria ética hacker. Uma sucessão de questionamentos é o que encontramos na literatura recente.

Para o pesquisador Francisco Karam (2009), diante do cenário, o que podemos fazer é partir de pressupostos originários nos valores do jornalismo clássico para, talvez chegarmos a algumas aproximações para a atualidade:

[...] o mais relevante seja o de que o jornalismo, como acompanhamento imediato da humanidade, em suas múltiplas perspectivas econômicas, políticas, ideológicas e culturais não pode abrir mão dos princípios ético-deontológicos que o alicerçam como interrogador público contemporâneo que se impõe um mandato sem fim a favor da representação controversa do espaço público normativo, seja macro, médio ou micro. Por isso, os valores clássicos do jornalismo significam defender a própria atividade como específica e incontornável; que o jornalismo é mais do que aventura ou acaso; é a razão de ser da controvérsia pela qual se valora e decide sobre o mundo imediato da forma mais lúcida possível; e que está na base da vitalidade democrática. Sem valores que o sustentem como fundamentação ética e procedimentos deontológicos, sempre morre um pouco mais da democracia e do espaço público. E isto vale para as velhas e novas mídias, de referência ou populares, globais ou segmentadas, em diferentes suportes tecnológicos e em distintas regiões do planeta, representando diferenciadas perspectivas ideológicas. (Karam: 2009, p. 26)

Ainda que a prevalência dos valores fundantes do jornalismo seja prioritária, não podemos nos esquecer que eles estão no embate de um mundo no qual muitos filósofos consideram dominados pela "pós-ética", na qual racionalidade, objetividade, intersubjetividade e interpretação da comunicação entre seres racionais é a base.

Sem nos aventurarmos pela seara da Filosofia, recorreremos às explicações do pesquisador Waldomiro José da Silva Filho (2009) que resume o conceito indicando que interlocutores em processo de comunicação necessitam compartilhar de julgamentos, percepções e valores similares; e que o conteúdo do pensamento de uma pessoa depende do relacionamento que ela estabelece com outras no mundo e de seus respectivos julgamentos, percepções e valores.

É esse contexto de pós-ética que mais se adéqua ao caráter do Wikileaks se entendido e aceito como um lócus de um jornalismo extra-muros. Fazemos eco à voz de Christofoletti:

O jornalismo precisa enfrentar a discussão sobre sua relação como mediador social, repensando o que é um relato preciso, o que significa reportar fatos com objetividade. Se o jornalismo se ocupa de certezas, e se as indagações acerca da participação da subjetividade emergem com força crescente, não mergulhar nesta busca pode comprometer ainda mais a função desse campo profissional. Se até mesmo os cientistas vêm mergulhando nestas escuras águas, por que jornalistas – que sempre se espelharam nos primeiros para definir método e conduta – iriam se esgueirar? (Christofoletti: 2008,218)

Por outro lado, há que se considerar a imagem mais popular associada ao Wikileaks como uma ação de hackerativismo, e a recorrente postura indefinida entre mocinho e bandido do hacker instalada no imaginário popular. Mas, é importante lembrar que a essência do hacker tradicional está no compartilhamento universal dos conhecimentos e na colaboração para sua disseminação e ampliação. O que ocorre, muitas vezes, é que tais posturas são utilizadas para causas e objetivos moralmente questionáveis.

Posicionar o Wikileaks, inserido na cultura hacker, como uma ação anti-ética, mesmo que o seu foco sejam informações de cunho transformador da sociedade (jornalísticas, portanto), seria descontextualizá-lo de seu próprio tecido social. Não iremos avançar nessa possibilidade.

Um interessante trabalho sobre arte-mídia desenvolvido pela pesquisadora da UnB Daniel Neves Hora (2010) aborda a absorção da cultura hacker em nosso cotidiano como uma necessidade de nossos tempos – uma dupla ruptura epistemológica, preconizada por Boaventura de Souza Santos, a quem o autor recorre como recorte metodológico.

Tal posicionamento apóia nossa proposição acerca do Wikileaks como um dissenso e não um consenso num momento de prevalência da pós-ética:

Em outras palavras, assumir o distanciamento em relação ao senso comum sobre a arte e o hackeamento é tão importante quanto evitar a adesão fácil às teorias consolidadas, para que se preservem as chances de produção e difusão do conhecimento. Conforme Sousa Santos, admitimos também que todo conhecimento é uma

prática social que dá sentido e ajuda a transformar outras práticas. As sociedades complexas são configurações de conhecimentos e a verdade de cada conhecimento reside em sua adequação à prática que visa constituir. Por sua vez, a crítica de uma forma de conhecimento implica a crítica da prática social a que ele se adapta e tal crítica deve levar em conta as diferentes determinações das práticas que são objeto do conhecer e do conhecimento que se pratica. (Hora: 2010, p. 18)

Daniel Neves Hora exemplifica situação de dissenso entre arte e tecnologia que pode ser diretamente aplicada a nossa discussão quando recorremos às poucas descrições do funcionamento da rotina operacional do Wikileaks. O autor fala na interação e cruzamento de tecnologias de ponta com tecnologias tradicionais; no desenvolvimento colaborativo de soluções para demandas comuns; da transgressão da lógica de funcionalidade e eficiência por meio da subversão de elementos próprios ou intrusos dos sistemas; do recurso às soluções precárias, improvisadas e contrafeitas; e do uso das redes de comunicação para desviar o funcionamento do sistema capitalista global em favor de interesses locais. (Hora: 2010, p. 19)

Finalizando, se ao longo de nossas discussões o posicionamento do Wikileaks como um empreendimento jornalístico e/ou como uma operação editorial de jornalismo investigativo em rede foi algo marcado pela imprecisão e liquidez de nossos tempos, seria inviável confiná-lo numa postura ética jornalística formal. Minimamente, estaria mais afeito ao dissenso da pós-ética.

## ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

É possível afirmarmos que o Wikileaks é um evento cibercultural típico do momento que vivemos, dessa sociedade em contínua mutação, onde a justiça poderá ser obra de acordos (oriundos de dissensos) e não de consensos.

Tomamos por inspiração nesse momento final de considerações a entrevista que Zygmunt Baumann concedeu ao Caderno Sabático do jornal Estado de S. Paulo em 30 de abril de 2011. As palavras de Baumann nos sustentam para afirmar que é muito difícil enquadrar o Wikileaks numa forma jornalística clássica ou até mesmo nos formatos mais diferenciados das novas mídias informativas. Diz Baumann:

As formas da vida moderna podem diferir em muitos aspectos, mas o que as une é precisamente sua fragilidade, fugacidade, seu pendor para câmbios constantes. 'Ser moderno' significa mudar compulsivamente. Não tanto 'ser', mas 'estar se tornando'. Permanecendo incompleto e subdefinido. Cada nova estrutura com a qual substituímos a anterior, declarada obsoleta, perfiguramos um arranjo admitidamente temporário, 'até nova ordem'. O que tempos atrás era chamado de 'pós-modernidade', e que prefiro chamar de 'modernidade líquida', traduz-se na crescente convicção de que a mudança é a nossa única permanência. E a incerteza, nossa única certeza. (Greenhalgh: 2011: p. S4)

Ainda que incompleta ou indefinida em termos de gênero, valores, narrativa e ética jornalísticas ou de modelo empresarial no segmento, podemos dizer que o Wikileaks “está se tornando” um ator diferencial no arranjo social temporário que vivemos. E como afirma Baumann, até nova ordem é possível considerar sua prática como um jornalismo extra-muros conforme explicamos ao longo de nossa discussão.

Na medida em que avançamos pelas recentes propostas inovadoras que vem sucessivamente ocorrendo no jornalismo em rede, é possível evidenciar alguns termos que caracterizam a configuração do jornalismo investigativo e participatório hoje: bancos de dados, agregação, curadoria, nova mediação. O Wikileaks traz todas elas em sua proposta e sua forma operativa.

O Wikileaks age como um monitor sócio-político-econômico da sociedade líquida, numa posição de contra-poder muito característica daquilo que Manuel Castells (2011, p.773) preconiza como ação da sociedade em rede em busca de mudanças e rupturas sobre sistemas organizados e hegemônicos, objetivando a substituição dos mesmos por meios alternativos providos pela rede e não para a rede.

A base de sua filosofia está na visibilização transparente da verdade como forma de alcance da justiça social – uma das máximas do jornalismo a qualquer tempo e plataforma. Seu modo de agir em rede depende do elemento humano, como colaborador, como minerador de dados, como editor/compilador e, especialmente, como imagem na figura de Julian Assange – também uma das exigências do jornalismo contemporâneo.

Ao que tudo indica, Baumann e Castells sustentam com suas proposições o surgimento de um jornalismo – por ora, extra-muros do Wikileaks: numa sociedade líquida o Wikileaks está se tornando um influenciador das redes neurais da mente humana, fazendo uso da rede, tanto daquela dominada pela comunicação massiva quanto da gerada pela comunicação inter usuários nas plataformas sociais. Muito contemporâneo.



## REFERÊNCIAS

BARRICHELLO, Eugenia M. R e SCHEID, Daiane. Visibilidade midiática: entre estratégias das instituições e estratégias dos sujeitos. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Disponível em <http://www.intercom.org.br>

BBC Social Media Summit. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/journalism/blog/2011/05/cultural-change.shtml>. Acessado em 20/05/2011.

BOCCHINI, Lino e CAPAI, Eliza. Atacante. Revista Trip, Ano 24, Maio 2011, nº 199, p.12 a 26.

BRADSHAW, Paul. The future of investigative journalism online: networked, multimedia, participatory (Part 4). Publicado em 25/05/2011. Disponível em <http://www.facebook.com/notes/paul-bradshaws-online-journalism-blog-on-fb-for-1-month/the-future-of-investigative-journalism-online-networked-multimedia-participatory/220499097979762>. Acesado em 25/05/2011.

CASTELLS, Manuel. A network theory power. International Journal of Communication 5 (2011), 773–787.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. O jornalismo entre a dúvida e a incerteza: reflexões sobre a natureza da atividade. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo, PósCom-Methodista, a. 29, n. 50, p. 203-221, 2. sem. 2008.

FULLER, Jack. News Values: ideas for an information age. London: The University of Chicago Press, 1996.

GREENHALGH, Laura. A face humana da sociologia. O Estado de S. Paulo, Caderno Sabático, 30/04/2011, p. S4 a S5.

HANSEN, Evan. Why Wikileaks is good for America. Wired, December, 6 2010. Disponível em <http://www.wired.com/threatlevel/2010/12/wikileaks-editorial/>. Acessado em 20/05/2011.

HORA, Daniel de Souza Neves. | arte \_ hackeamento | : diferença, dissenso e reprogramabilidade tecnológica. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Artes, Departamento de Artes Visuais, Programa de Pós- Graduação em Arte, 2010.

KARAM, Francisco J. C. Jornalismo e ética no século XXI. Anuário Unesco/Methodista de Comunicação Regional, Ano 13 n.13, p. 15-27, jan/dez. 2009.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo. Trad. Waldir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2004. 2ª edição.

MARTINREY, G.S e MARÍN, V. S, Periodismo ciudadano y espacio público en la Sociedad de la Información . Anàlisi 41, 2011, 69-85.

PETERS, Jonathan W. Op-Ed: WikiLeaks Shows Need for a Legal 'Watchdog Privilege'. Wired, May 20,2011, 3:56pm. Disponível em <http://www.wired.com/threatlevel/2011/05/oped-wikiprivilege/> e acessado em 23/05/2011.

RAMONET, I. (2003). "Pensamiento único y nuevos amos del mundo." Em: Periodismo ciudadano y espacio público en la Sociedad de la Información, Chomsky, N. y Ramonet, I. (eds.). Como nos venden la moto. Información, poder y concentración de medios. Barcelona: Icaria, 2003.

SILVA FILHO, Waldomiro José. Ética sem fundamentos, p.9-30. In A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Henriette Ferreira Gomes, Alademar Martins Bottennuit, Maria Odaisa Espenheiro de Oliveira (Orgs.). Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009.

STRAY, Jonathan. The challenges of distributive investigative journalism. 25/05/2011. Disponível em <http://jonathanstray.com/the-challenges-of-distributed-investigative-journalism>. Acessado em 25/05/2011.

THUREAU-DANGIN, Philippe. La liberté d'expression n'est pas divisible. Courrier International, nº 1050, du 16 au 21 décembre 2010. P. 3

WIKIPEDIA. Wikileaks . Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/WikiLeaks>. Acessado em 20/05/2011.

## NOTAS

<sup>1</sup>Todas as citações deste artigo publicadas originalmente em Língua Estrangeira foram traduzidas livremente pela autora.

<sup>2</sup>Frase extraída da entrevista concedida por Julian Assange à Revista Trip, Ano 24, Maio 2011, nº 199, p.12 a 26.

<sup>3</sup>Ao final de Abril de 2011, o The Wall Street Journal, pertencente à News Corp., de Rupert Murdoch, lançou o serviço SafeHouse, com os mesmos propósitos do Wikileaks. A iniciativa tem sofrido críticas por parte da mídia e de blogs na rede por conta de seu caráter não independente.

<sup>4</sup><http://www.propublica.org>

<sup>5</sup> <http://www.politico.com>

<sup>6</sup> <http://www.globalvoicesonline.org>

<sup>7</sup><http://idl-reporteros.pe/>

<sup>8</sup><http://apublica.org/>

<sup>9</sup><http://www.reporterbrasil.org.br>

<sup>10</sup><http://www.transparencia.org.br>

<sup>11</sup><http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/>

<sup>12</sup>Forma de financiamento de uma operação jornalística na qual o público leitor contribui previamente com doações online para viabilizar a elaboração e uma reportagem e/ou projeto.

<sup>13</sup>A divulgação pelo Wikileaks ao final de 2010 dos documentos diplomáticos dos Estados Unidos, revelando opiniões e conversas entre representações diplomáticas e o governo central provocou um mandato de prisão na Europa contra Julian Assange, a negativa da Amazon em continuar hospedando o site Wikileaks, a recusa da Visa, Mastercard e PayPal em intermediar as transferências de recursos financeiros dos doadores do site, além de pressões de todo tipo sobre o The New York Times e outros jornais para que parassem de publicar as informações do Wikileaks.

<sup>14</sup>Consideramos neste quesito que o Wikileaks perderia seus propósitos caso se sujeitasse a formatos organizacionais modelados, geralmente utilizados pelas empresas de mídia. A essência do Wikileaks é ciberativista, hacker e alternativa.

<sup>15</sup>Estão considerados nesta categoria algumas variantes, entre elas: jornalismo cidadão, participativo, open source, cívico e colaborativo entre outras.

<sup>16</sup>Rusbridger indica a proximidade jornalista-leitor como uma ferramenta importante no processo de reportar e editar contemporâneo. Mas, ressalta que isso só é possível para empresas informativas que tenham por filosofia a aceitação de comentários, o diálogo e a publicação de expressões advindas dos leitores. Ver em <http://migre.me/4FuQX>

<sup>17</sup>É comum a confusão entre o hacker tradicional e sua filosofia de compartilhamento e colaboração com o cracker, que pratica a invasão de sistemas de informática para fins de roubo de informações.

**Artigo recebido em:** 02 de junho de 2011.

**Aprovado em:** 15 de junho de 2011.

**ISSN:** 18099386